

Benefícios regulatórios para a Indústria do Tabaco



ausência de regulamentações, reduções fiscais, revogação de normas e atrasos na aprovação regulatória

É fundamental dedicar **uma seção específica** para os benefícios regulatórios que favorecem a Indústria do Tabaco (IT) na Região das Américas, uma vez que tais práticas bloqueiam o cumprimento da CQCT da OMS e impedem a proteção efetiva da saúde pública.

Embora esses privilégios sejam observados em âmbito global, a ampla disseminação dessas práticas na região é motivo de preocupação, pois as evidências demonstram interferência da IT nos processos legislativos e regulatórios. **Em muitos países, a IT opera em um ambiente favorável caracterizado pela ausência de regulamentações, pela redução ou eliminação de impostos, pela anulação de marcos legais existentes ou pela adoção de estratégias destinadas a atrasar a aprovação de novas normas.** Essas práticas reforçam seu poder econômico e político, ao mesmo tempo em que fragilizam as políticas de controle do tabaco.

A seguir, exemplos concretos **dos principais benefícios regulatórios observados na região:**

Isenções fiscais e tratamento preferencial:



Via judicial: Na **Argentina**, empresas de porte médio do setor de tabaco têm conseguido isenção do pagamento de tributos por meio de disputas judiciais, criando um precedente arriscado que distorce o mercado e prejudica as empresas que cumprem suas obrigações fiscais.ⁱ



Acordos de comércio internacional: Acordos de livre comércio incluem cláusulas que concedem isenções tarifárias para produtos de tabaco importados em diversos países da região. É o caso do Panamá, onde não há indústria local e os cigarros entram livremente sem tarifas de importação, facilitando seu acesso e comercialização.ⁱⁱ



Adiamento de ajustes tributários: Alguns governos deixam de atualizar anualmente os impostos específicos sobre o tabaco, reduzindo sua eficácia como ferramenta de desestímulo ao consumo, especialmente em contextos inflacionários. No **Paraguai**, por exemplo, foi rejeitado um projeto de lei que buscava aumentar em 2% o imposto seletivo sobre o tabaco.ⁱⁱⁱ



Isenções para pequenos produtores: No **Uruguai**, foram concedidas isenções fiscais a pequenos produtores familiares, medida frequentemente explorada pela IT para legitimar sua presença e desviar a atenção dos riscos à saúde.^{iv}

Eliminação ou redução de impostos

- Em vários países, impostos sobre produtos de tabaco, incluindo o imposto mínimo obrigatório, foram eliminados ou reduzidos, beneficiando diretamente as grandes empresas do setor ao permitir que mantenham preços baixos e competitivos. Na **Argentina**, por exemplo, o imposto mínimo sobre cigarros foi eliminado.^v
- A IT também busca isenções apresentando-se como promotora de projetos sociais ou culturais, criando uma narrativa de responsabilidade social corporativa que, na prática, funciona como escudo para evitar cargas tributárias. Na **Colômbia**, a IT pode obter deduções fiscais ao realizar doações para organizações sem fins lucrativos reconhecidas oficialmente pelo governo
- Em certos países, têm sido propostos sistemas tributários diferenciados conforme o tipo de produto, estratégia que reduz a carga para produtos “artesanais” ou alternativos, facilitando sua entrada no mercado sem controles adequados. No **Brasil**, a IT realizou diversas tentativas de diferenciar tributos sobre produtos fumígenos, como charutos e produtos artesanais.^{vi}
- No **Paraguai**^{viii} propostas de aumento de impostos sobre o tabaco foram repetidamente rejeitadas, demonstrando a influência política e o lobby exercido pela IT no Legislativo. De forma semelhante, na **Colômbia**, a pressão da IT tem bloqueado todas as iniciativas para elevar os tributos sobre produtos de tabaco.^{ix}

Cancelamento, ausência ou atrasos na regulamentação

As medidas regulatórias são fragilizadas pela existência de lacunas normativas em muitos países, pela falta de sanções ou por tentativas de promover reformas regressivas, especialmente em matéria fiscal e de publicidade. Na República **Dominicana**^x, propostas de reforma tributária que afetariam o setor foram inicialmente apresentadas e, posteriormente, retiradas sem justificativas claras. As políticas de imposto seletivo favorecem os produtos de tabaco aquecido e preveem isenções para cigarros eletrônicos.

Foram observados atrasos significativos na aprovação de legislações essenciais de controle do tabaco. Entre as medidas mais afetadas estão:

Embalagem padronizada

No Equador^{xi}, as normas de tabaco que determinariam a adoção de embalagens padronizadas não são atualizadas desde 2011.

Proibição de aditivos e flavorizantes

Esses produtos, particularmente atraentes para jovens, continuam no mercado devido a atrasos regulatórios. Na **Jamaica**, críticas foram dirigidas ao fácil acesso de jovens a produtos de tabaco, especialmente aos cigarros eletrônicos, o que levou o Ministro da Saúde e Bem-Estar a enfatizar a urgência da plena implementação da legislação. No entanto, houve um atraso que parece favorecer a indústria do tabaco^{xii}.

Proibição de exposição de produtos nos pontos de venda

Estratégia fundamental para reduzir compras impulsivas. Em **Honduras**, em 2024, o Congresso debateu pela primeira vez em anos uma proposta de reforma da Lei de Controle do Tabaco, que buscava proibir a venda de cigarros eletrônicos devido aos riscos e à falta de regulação. Embora o debate não tenha avançado, estabeleceu um precedente e demonstrou que o Congresso pode promover reformas mesmo sem diretrizes claras do Executivo^{xiii}.

Concessões permissivas para dispositivos eletrônicos (Cigarro eletrônico/produto de tabaco aquecido)

Em alguns países, exceções foram concedidas, como autorizar o consumo desses produtos em espaços públicos ou atrasar injustificadamente regulamentação. Na **Guatemala**^{xvi}, embora o governo não ofereça subsídios, a ausência de políticas tributárias aplicáveis a cigarros eletrônicos e produtos aquecidos permite sua venda sem impostos e com regulação mínima, tornando-os mais acessíveis e atraentes.

Soma-se a isso a **falta de atualização das normas**, muitas desatualizadas e incapazes de contemplar novos produtos emergentes, criando lacunas jurídicas exploradas pela IT. No **Brasil**^{xv}, a indústria atrasou políticas sanitárias por meio de estratégias legais e políticas, incluindo uma ação judicial contra a resolução da ANVISA que proíbe aditivos de aroma e sabor.

Outros **atrasos envolvem prazos prolongados para a publicação de novas disposições**, como rotulagem, o que implica demora desnecessária na adoção de medidas eficazes. Na **Bolívia**^{xvi}, a regulamentação de implementação da Lei do Tabaco está pendente há mais de cinco anos após sua promulgação, e não há previsão de penalidades para infrações.

Em síntese, os benefícios regulatórios concedidos à Indústria do Tabaco na região constituem uma forma sistemática de interferência que compromete políticas de saúde pública. Essa tendência requer vigilância permanente e uma resposta coordenada dos Estados e da sociedade civil, livre de conflitos de interesse, para enfrentar as estratégias da indústria, fortalecer a regulação e proteger o direito à saúde das populações, especialmente dos grupos mais vulneráveis.



Bibliografía

- i. “Primeira Edição. Os cultivadores de tabaco perdem mais de 8.000 milhões de AR por sentenças judiciais. 2023. Disponível em: <https://tinyurl.com/bdf6r9zk>
- ii. Anexo 3.04 - Programa de Desgravamento Tarifário. Disponível em: <https://tinyurl.com/585t6kyd>
- iii. Última Hora. Rejeitam aumento do imposto sobre o tabaco que buscava cobrir a compra de medicamentos oncológicos. [site]. 2024. Disponível em: <https://tinyurl.com/3vfjvb6v>
- iv. Ministério da Pecuária, Agricultura e Pesca. Principais Impostos no Agro e Benefícios Fiscais. 2021. Disponível em: <http://bit.ly/4ljRjF>
- v. El Destape. Disputa entre fabricantes de tabaco por preços de cigarros. 2020. Disponível em: <https://tinyurl.com/3m4yc497>
- vi. Global Tobacco Index (2025). Índice de Interferência da Indústria do Tabaco na Colômbia. www.globaltobaccoindex.org
- vii. Amado, G. Senadora tenta beneficiar charutos na reforma tributária. Em: Observatório Sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco, Rio de Janeiro. 2025. Disponível em: <https://abre.ai/mReF>
- viii. Global Tobacco Index (2025). Índice de Interferência da Indústria do Tabaco no Paraguai. www.globaltobaccoindex.org
- ix. Carolina Giraldo Botero. X (anteriormente Twitter). Disponível em: <https://tinyurl.com/4ad737sr>
- x. Global Tobacco Index (2025). Índice de Interferência da Indústria do Tabaco na República Dominicana. www.globaltobaccoindex.org
- xi. Global Tobacco Index (2025). Índice de Interferência da Indústria do Tabaco no Equador. www.globaltobaccoindex.org
- xii. The Jamaica Gleaner. Tufton preocupado com o apelo dos cigarros eletrônicos para crianças. 2024. Acessado em 28 de abril de 2025, em: <https://tinyurl.com/27n69c26>
- xiii. Diario Tiempo. Ausências de Luis Redondo. 2024. Disponível em: <https://tinyurl.com/4t2zb9xw>
- xiv. Global Tobacco Index (2025). Índice de Interferência da Indústria do Tabaco na Guatemala. www.globaltobaccoindex.org
- xv. “Global Tobacco Index (2025). Índice de Interferência da Indústria do Tabaco no Brasil. www.globaltobaccoindex.org
- xvi. Global Tobacco Index (2025). Índice de Interferência da Indústria do Tabaco na Bolívia. www.globaltobaccoindex.org